

Estado da publicação: O preprint foi publicado em outro meio.
DOI do preprint publicado: <https://doi.org/10.1590/0102-469849268>

ESTUDO DE CASO DA TRAJETÓRIA ESCOLAR DE UM RIBEIRINHO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

Marcia Gabriela França Gentil, Marcelo Calegare

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.7714>

Submetido em: 2023-12-14
Postado em: 2023-12-19 (versão 1)
(AAAA-MM-DD)

ARTIGO

ESTUDO DE CASO DA TRAJETÓRIA ESCOLAR DE UM RIBEIRINHO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

MÁRCIA GABRIELA FRANÇA GENTIL¹

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1297-7332>
marciafgentil@gmail.com

MARCELO CALEGARE²

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6814-5300>
mcalegare@ufam.edu.br

¹ Universidade Federal do Amazonas - UFAM. Manaus, AM, Brasil

² Universidade Federal do Amazonas - UFAM. Manaus, AM, Brasil

RESUMO: A trajetória escolar de estudantes oriundos de comunidades ribeirinhas é marcada por diversos fatores, tais como dificuldades de acesso e com transporte, desassistência financeira, políticas educacionais e história de vida pessoal, de modo que não somente a entrada destes discentes no ensino superior se torna dificultosa, mas também a sua permanência. Adotando perspectiva psicossocial, por meio de estudo de caso com entrevista individual com narrativa aberta e análise de conteúdo temática, apresentamos como um estudante ribeirinho significa sua trajetória de escolarização e as suas vivências na Universidade Federal do Amazonas, campus Parintins. Discutimo-lo segundo as seguintes categorias: trajetória de escolarização (classes multisseriadas, deslocamentos para estudos); dificultadores (falta de acesso a políticas de permanência a estudantes; baixa renda familiar; dificuldades com o ensino remoto); facilitadores da permanência na universidade (programas de bolsa/auxílio financeiro; apoio social). Concluímos que as políticas educacionais voltadas às populações rurais não conseguem manter os estudantes na zona rural, mas por um ideal pessoal e apoio social de amigos e familiares, o entrevistado demonstra desejo de retornar à comunidade ribeirinha. A universidade possui distintos programas de apoio estudantil, mas nem todos são acessíveis, sendo as bolsas de pesquisa e docência grandes incentivadores financeiros que colaboram à permanência no curso. O ensino remoto revelou grandes dificuldades tecnológicas enfrentadas nos municípios do interior, na universidade e pelos estudantes, especialmente os de baixa renda. Consideramos, por fim, que se deva visibilizar o “ribeirinho” com alvo das ações afirmativas.

Palavras-chave: comunidade rural, trajetória escolar, universidade, ações afirmativas, Amazônia.

CASE STUDY OF THE SCHOOL TRAJECTORY OF A RIVERINE STUDENT AT THE AMAZONAS FEDERAL UNIVERSITY

ABSTRACT: The school trajectory of students from riverine communities is marked by several factors, such as difficulties with access and transportation, lack of financial assistance, educational policies and personal life history, so that not only does the entry of these students into higher education become difficult, but also its permanence. Adopting a psychosocial perspective, through a case study with individual interviews with an open narrative and thematic content analysis, we present how a riverine student means his schooling trajectory and his experiences at the Amazonas Federal University, Parintins campus. We discuss it according to the following categories: schooling trajectory (multigrade classes, travel to study); difficulties (lack of access to student retention policies; low family income;

difficulties with remote teaching); facilitators of staying at university (scholarship/financial aid programs; social support). We conclude that educational policies aimed at rural populations cannot keep students in rural areas, but due to a personal ideal and social support from friends and family, the interviewee shows a desire to return to the riverine community. The university has different student support programs, but not all of them are accessible, with research and teaching grants being great financial incentives that help students stay on the course. Remote teaching revealed major technological difficulties faced in interior municipalities, at university and by students, especially low-income students. Finally, we consider that the “riverine” should be made visible with the aim of affirmative policies.

Keywords: rural community, school trajectory, university, affirmative policies, Amazon

ESTUDIO DE CASO DE LA TRAYECTORIA ESCOLAR DE UN RIBEREÑO EN LA UNIVERSIDAD FEDERAL DEL AMAZONAS

RESUMEN: La trayectoria escolar de los estudiantes de comunidades ribereñas está marcada por varios factores, como dificultades de acceso y transporte, falta de asistencia financiera, políticas educativas e historia de vida personal, por lo que no solo se dificulta el ingreso de estos estudiantes a la educación superior, sino también su permanencia. Adoptando una perspectiva psicosocial, a través de un estudio de caso con entrevistas individuales con narrativa abierta y análisis de contenido temático, presentamos cómo un estudiante ribereño significa su trayectoria escolar y sus experiencias en la Universidad Federal de Amazonas, campus Parintins. Lo discutimos según las siguientes categorías: trayectoria escolar (clases multigrado, traslados para estudiar); dificultades (falta de acceso a políticas de retención de estudiantes; bajos ingresos familiares; dificultades con la enseñanza remota); facilitadores de la estancia en la universidad (programas de becas/ayudas económicas; apoyo social). Concluimos que las políticas educativas dirigidas a poblaciones rurales no pueden mantener a los estudiantes en las zonas rurales, pero debido a un ideal personal y al apoyo social de amigos y familiares, el entrevistado muestra el deseo de regresar a la comunidad ribereña. La universidad tiene diferentes programas de apoyo a los estudiantes, pero no todos son accesibles, siendo las becas de investigación y enseñanza grandes incentivos financieros que ayudan a las personas a permanecer en el curso. La enseñanza remota reveló importantes dificultades tecnológicas que enfrentan los municipios del interior, la universidad y los estudiantes, especialmente los de bajos ingresos. Finalmente, consideramos que se debe visibilizar los “ribereños” con el objetivo de acciones afirmativas.

Palabras clave: comunidad rural, trayectoria escolar, universidad, acciones afirmativas, Amazonía.

INTRODUÇÃO

Ao tratarmos da busca das populações rurais pelos direitos à educação, o pioneirismo da área da Educação é evidente, que aliado aos movimentos sociais e aos acadêmicos resultou nas propostas da Educação do Campo (Borges, 2012). Quanto ao interesse da Psicologia pelas questões rurais, a partir dos anos 2010 tem havido na América Latina um movimento crescente de articulação entre as ciências psicológicas e as problemáticas do mundo rural, conformando um campo interdisciplinar denominado Psicologia Rural (Calegare, 2017). Conforme levantamento de literatura feito por Santos e Calegare (2022), houve avanços no que concerne a publicações feitas na área da Psicologia em consonância com questões rurais, tais como gênero, trabalho, epistemologia, geração, direitos humanos, raça e educação, sendo esta última com o menor número de publicações. Assim sendo, vemos que é de grande importância que haja mais pesquisas que integrem temáticas psicossociais, rurais e educacionais.

Martin-Baró (1996) considerou que é preciso levar em conta que a atuação em Psicologia não se dá em espaços vazios de sentido, mas sim junto às maiorias populares em sua história, contextos socioeconômico e político, com suas aspirações, conflitos, dores, necessidades, recursos e satisfações. Deste modo, uma atuação crítica integrando Psicologia, educação e contextos rurais pode contribuir para a mobilização e potencialização de recursos que promovam a o ativismo e fortalecimento das comunidades rurais, sendo estes elementos essenciais para uma práxis transformadora da realidade. Dessa feita, Lopes et al. (2018) e Silva e Macedo (2019) apontaram que um dos grandes desafios impostos à Psicologia Rural latino-americana é a formação de estudantes e futuros profissionais psicólogos(os) que tenham uma mudança do olhar centrado no contexto urbano de suas teorias e conceitos. É preciso buscar novos conhecimentos a respeito das populações rurais, já que estas possuem particularidades em suas formas de ser, suas demandas, práticas produtivas, acesso a direitos e interações com o mundo urbano.

A Psicologia é essencial para compreensão da trajetória de busca da educação pela população rural, pois compreende que os processos de emancipação social e política só podem concretizar-se quando se constroem subjetividades críticas, assim como sujeitos individuais e coletivos que protagonizam seus processos emancipatórios (Pontual, 2019). Assim, de acordo com Gruda (2016), por meio da Psicologia Social Crítica, que contribui com a perspectiva interdisciplinar da Psicologia Rural, há compreensão do sujeito como produtor de sua história na interseção com aquela da sociedade. Deste modo, o sujeito histórico-dialético não é apenas determinado pela história, já que ele é também seu transformador e tem na práxis uma maneira de ser protagonista nas relações sociais.

Apesar dos avanços, a educação em contextos rurais no Brasil tem histórico de ampla negação e marginalização dos direitos às suas populações (Bezerra & Silva, 2018). Por estarem diante de uma realidade social, econômica e politicamente adversa, muitos jovens do meio rural sequer sonhavam em fazer um curso superior. Para aqueles que vem de famílias de baixa renda, este sonho fica mais distante ainda, tendo em vista a trajetória marcada pelas dificuldades de acesso ao ensino superior, preconceito na cidade, dificuldades com o transporte, falta de condições financeiras, além da responsabilidade familiar que muitos deles possuem com relação ao trabalho exercido pela família no meio rural (Paulo, 2018). Portanto, não tem sido fácil a trajetória até o ensino superior para os jovens oriundos do meio rural, tampouco a sua permanência.

No contexto brasileiro, há estudos que demonstram como as desigualdades de oportunidades educacionais impactam nas transições educacionais e na persistência de desigualdades que, após ampla expansão dos sistemas de ensino, gradativamente são transferidas para etapas subsequentes da escolarização (Koslinski & Bartholo, 2020). Em estudo realizado com jovens rurais a respeito de suas trajetórias escolares, Melo et al. (2019) demonstraram que uma das estratégias utilizadas pelos jovens para concluir a educação básica foi a migração: 55,3% dos estudantes cursaram o ensino regular em nível fundamental em escolas da zona rural, mas uma parcela expressiva de 44,7% destes jovens saiu do meio rural e de suas comunidades logo nos primeiros anos de escolarização. Já no ensino médio, 31,6% dos estudantes permaneceram nas escolas rurais, enquanto os demais 68,4% passaram a frequentar a escola nas cidades. Esses dados indicam que à medida que o nível de escolaridade aumenta, cresce a evasão das comunidades rumo às cidades.

Ao considerarmos as condições da trajetória de escolarização de jovens do meio rural amazônico, temos que inicialmente reconhecer que essa região, em seus aspectos ambientais, culturais e históricos, resguarda complexidade e diversidade. A Amazônia é composta por campos, cerrados, florestas, igapós, terras firmes e várzeas entrecortados por diferentes tipos de igarapés, lagos e rios com águas cristalinas, barrentas ou escuras (Tavares, 2018). Conforme argumentaram Lira e Chaves (2016), nesse ambiente se constituiu um modo de vida amazônico, especialmente das populações ribeirinhas, resultante dos intercâmbios históricos entre diferentes grupos sociais e etnias, que possibilitaram uma herança revelada pelas manifestações socioculturais expressas pelos amazônidas, sejam nas relações de trabalho, educação, religião, lendas, hábitos alimentares e familiares.

Por outro lado, o contexto amazônico é alvo de projetos que visam ao desenvolvimento econômico e educacional na região, mas tratam a população que nela reside como passivos, alheios à própria história, o que acaba por causar distanciamento da sua própria cultura e saberes locais em favor

de um modelo de educação voltado para os interesses do capital (Tavares, 2018). Além disso, são escassos os incentivos para que a população amazônica permaneça em suas comunidades e, comumente, as políticas públicas voltadas para a região são mal formuladas e não atendem adequadamente às necessidades regionais (Calegare et al., 2013).

Por exemplo, Souza (2023) e Gonçalves (2023) apontaram que as classes multisseriadas são um grande desafio na trajetória de estudantes das zonas rurais amazônicas. Para os autores, justifica-se a ausência de professores com formação em diferentes áreas de conhecimento para dispor apenas um educador no ensino infantil e no primeiro ciclo do ensino fundamental, sendo este responsável por uma turma multisseriada, além de muitas vezes também exercer o papel de diretor, coordenador, faxineiro, porteiro e secretário. Diante desse contexto, muitas famílias que têm condições financeira preferem enviar seus filhos para estudarem na cidade.

Além disso, no Amazonas a população rural enfrenta descaso e desvalorização de sua cultura e trabalho, o que os faz acreditar que as oportunidades para melhores condições de vida estão fora das comunidades do meio rural (Calegare, 2023). Estudos como de Breitenbach e Corazza (2019) e Zancanella (2017) apontaram que pais de jovens da zona rural desejam que seus filhos curssem o ensino superior nas cidades e não retornem mais ao campo, pois é onde creem que terão oportunidades mais contundentes. Por sua vez, os autores indicaram que os jovens que cursam ensino superior e movimentavam-se constantemente entre cidade-comunidade acabam por desistir de voltar ao meio rural por falta de oportunidade e cansaço, permanecendo, assim, nas cidades.

De acordo com Lima (2021), que conduziu pesquisa sobre trajetórias escolares com jovens ribeirinhos, a falta de políticas educacionais voltada à população rural levou a inúmeras dificuldades relatadas pelos estudantes: a migração das comunidades para o meio urbano para que pudessem alcançar o maior grau de ensino possível; a tristeza gerada pela separação dos familiares, da comunidade, da natureza; a desconexão com o rio, que durante suas vidas é tido como via de locomoção, lazer, alimentação.

Em outros estudos a respeito da trajetória escolar de estudantes ribeirinhos também encontramos a desconsideração dos contextos culturais rurais dos jovens moradores das comunidades ribeirinhas. Souza (2022) apontou que a trajetória do jovem ribeirinho é atravessada por diversas dificuldades, tais como migração pendular e êxodo rural, falta de políticas de permanência na universidade e desvalorização de sua imagem como pessoa oriunda do interior. Por outro lado, Nunes (2022) nos mostrou que o reconhecimento de valores e crenças na relação discente-docente no contexto acadêmico, além da afetividade e sentimento de pertencimento, são elementos importantes na trajetória acadêmica de jovens ribeirinhos.

Em 2012 entrou em vigor a Lei nº 12.711, também conhecida como lei de cotas, que dispõe sobre o sistema de reserva de 50% das vagas nos cursos superiores para estudantes oriundos de escolas públicas autodeclarados pretos, pardos ou indígenas e pessoas com deficiências nas instituições de ensino superior financiadas pelo governo federal (Brasil, 2012). A Universidade Federal do Amazonas (UFAM) colocou em prática essa lei de forma plena desde 2016, tendo recebido 16.823 novos universitários pretos, pardos, indígenas e deficientes de 2012 a 2021, de acordo com a Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (UFAM, 2022). No entanto, apesar das cotas utilizadas pela UFAM abarcarem alunos oriundos de quaisquer municípios do país, não existe uma parcela destas vagas que sejam exclusivos para alunos oriundos de comunidades rurais do Amazonas, ou que fizeram parte de sua trajetória escolar em escolas rurais do estado.

Além do ingresso, as políticas de ações afirmativas também apontam para a necessidade da permanência e incentivos à conclusão do curso no nível superior (Campos & Feres Jr., 2014). Assim sendo, as políticas de permanência, ou sua ausência, são um fator contribuinte para a permanência no ensino superior ou para a desistência. Estas propõem a garantia do sucesso acadêmico, tendo influência na diminuição dos índices de retenção e evasão consequente de fatores econômicos (Maciel et. al., 2016). No entanto, apenas as políticas de permanência não são suficientes, sendo necessárias também as políticas de acompanhamento, já que o alto nível de desistência do curso superior pode estar associado ao fato de a universidade não oferecer assistência à moradia, acompanhamento pedagógico ou auxílio para compra de materiais didáticos (Angnes et. al., 2014, Calegare & Sales, no prelo).

Neste sentido, a UFAM, por meio do Departamento de Assistência Estudantil (DAEST), oferece aos discentes diversos programas e auxílios de assistência estudantil, tais como auxílio acadêmico, auxílio internet, auxílio moradia, entre outros. No campus Parintins, localizado na cidade de mesmo nome do interior do Amazonas, existe a Residência Universitária (RUNI), que tem como finalidade atender principalmente os discentes devidamente selecionados pelo DAEST que não tenham residência na sede do município e que estejam em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Será, entretanto, que os estudantes desse campus da UFAM sentem-se com isso atendidos em suas necessidades e consideram satisfatória sua trajetória de escolarização no ensino superior?

Tendo em vista que a trajetória escolar até o ensino superior de pessoas, especialmente jovens, oriundos de comunidades rurais não é simples, tampouco livre de percalços (Paulo, 2018), e que as comunidades ribeirinhas amazônicas possuem diversas particularidades que se tornam empecilhos na busca da educação formal, surge-nos as seguintes problemáticas: como os estudantes ribeirinhos das comunidades de Parintins significam sua trajetória acadêmica? Quais são as suas experiências vivenciadas na universidade? O que promove e/ou impede a sua permanência na universidade? Diante dessas questões, temos como objetivo neste artigo apresentar e discutir um estudo de caso a respeito dos significados que um estudante ribeirinho atribuiu à sua trajetória de escolarização e suas vivências na UFAM, campus Parintins, com ênfase nos fatores que promovem e/ou impedem a permanência na universidade.

MÉTODO

Trata-se de uma pesquisa de cunho qualitativo e exploratório, por estar caracterizada como uma investigação a respeito da experiência humana, partindo da compreensão de interação interpretação e construção de sentido que os indivíduos têm de si e do mundo (Gil, 2022). Para tanto, foi utilizada a modalidade estudo de caso com um participante homem, de 24 anos, ao qual nomearemos pelo pseudônimo de “José”. Ele nasceu e cresceu em uma comunidade ribeirinha localizada no interior do município de Barreirinha, no estado do Amazonas, chamada “Comunidade do Caranã”. Ele precisou se deslocar de sua comunidade desde o ensino fundamental, quando saiu da Escola do Campo que estudava em classes multisseriadas para cursar o restante do ensino fundamental e médio em um distrito localizado em Barreirinha, chamado Distrito de Pedras. Após o êxito na entrada em curso superior, precisou se deslocar novamente, desta vez mais longe do que antes, para a cidade de Parintins. Atualmente ele é discente do curso de graduação em Pedagogia do campus Parintins da UFAM, também conhecido pela sua única unidade acadêmica: o Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia (ICSEZ).

Entramos em contato com o participante e, após a confirmação do seu interesse na pesquisa, foi marcado o dia da entrevista (maio/2022) e da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que foi preenchido e assinado de forma eletrônica pelo Google Forms. Por conta do cenário de pandemia de COVID-19, a entrevista foi realizada por meio da plataforma Google Meet. Utilizamos como instrumento a entrevista individual de narrativa aberta, com duração aproximada de 40 minutos, pois esta auxilia no mapeamento e compreensão do mundo e vida do entrevistado e seus contextos sociais específicos (Gil, 2022). Partimos da seguinte pergunta inicial: “conte-me sua história de vida”. O depoente teve muita dificuldade com o acesso à internet, cujo sinal era precário em sua moradia, o que resultou em vários “congelamentos de tela” e áudios entrecortados durante a condução da entrevista.

Feita a transcrição da entrevista, que havia sido gravada, utilizamos a análise de conteúdo temática proposta por Bardin (2016), a qual se organiza em três etapas: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. A narrativa de José, expressa durante a entrevista e que remetia à sua trajetória escolar, foi analisada e resultou em três categorias e subcategorias: 1) trajetória de escolarização; 2) dificultadores da permanência na universidade (falta de acesso a políticas de permanência a estudantes; baixa renda familiar; dificuldades com o ensino remoto); 3) facilitadores da permanência na universidade (programas de bolsa/auxílio financeiro; apoio social de amigos e familiares).

A pesquisa seguiu a Resolução nº 510/2016 CNS, que apresenta normas em pesquisas de ciências humanas e sociais, com aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da UFAM com parecer nº 4.082.840.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Trajetória de escolarização

O percurso acadêmico de José tem início em uma Escola do Campo situada na Comunidade do Caranã, no município de Barreirinha, onde nosso participante nasceu e foi criado. A respeito de seus primeiros anos de escolarização na Escola supracitada, José narra: “comecei a minha vida escolar lá aos seis anos de idade. Eu estudei todo o meu Fundamental I em classes multisseriadas na escola lá mesmo da comunidade, Escola do Campo”. As classes multisseriadas, de acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2007), compreendem “alunos de diferentes séries e níveis em uma mesma sala de aula, independente do número de professores responsáveis pela classe” (p. 25).

Conforme explicou Hage et al. (2016), na Amazônia as escolas ribeirinhas são organizadas em classes multisseriadas devido às grandes distâncias das comunidades, ao baixo número de estudantes em cada série/ano e à falta de professores tanto nas séries iniciais quanto finais do ensino fundamental, assim como verificou-se em nossa pesquisa com José. Além disso, os autores ressaltaram que essa modalidade de ensino implica em uma série de desafios tanto aos professores quanto aos alunos, como falta de preparo dos docentes, processo de aprendizagem lento e demorado e até mesmo falta de recursos pedagógicos e infraestrutura inadequada.

Apesar dos desafios impostos pela modalidade de ensino pautada nas classes multisseriadas (Gonçalves, 2023; Souza, 2023), o participante desta pesquisa empenha-se na manutenção e na melhoria dessa modalidade através de projetos de pesquisa desenvolvidos na UFAM e de planos para o futuro, após a graduação, contando-nos: “se hoje eu estou numa universidade, a base foi uma classe multisseriada, então eu pretendo voltar à comunidade e lecionar na escola em que eu estudei”. E prosseguiu: “eu tô pesquisando nas classes multisseriadas da Escola do Campo do município de Barreirinha (...) tô na fase final do desenvolvimento da pesquisa”. Assim, vemos que José tem a pretensão de realizar movimento contrário ao que geralmente é posto em prática por jovens oriundos de meios rurais. Conforme discutido por Koslinski e Bartholo (2020), muitos estudantes, incentivados pelos pais, migram para as cidades para cursar o ensino superior e permanecem nos meios citadinos mesmo após a graduação, em busca de oportunidades melhores de emprego. Numa leitura psicossocial, isso tem base no entendimento de que a cidade é símbolo do progresso e do avanço civilizatório, enquanto a zona rural/florestal é tida como local de atraso, do rústico e fonte de matérias primas, necessitando ser desenvolvido (Calegare, 2023).

Sobre a sua trajetória no período que contempla o Ensino Fundamental II e o Ensino Médio, José nos diz que precisou sair de sua comunidade para se deslocar diariamente até o Distrito de Pedras, localizado no município de Barreirinha. Foi quando enfrentou inúmeras dificuldades de acesso ao prédio da escola: “nós não tínhamos transporte escolar na época, íamos a pé lá da Comunidade onde eu residia até Pedras (...) tinham muitas falhas, dava problema no ônibus, nosso transporte muitas vezes era aquele famoso Pau de Arara”. A este respeito, Castro (2018) argumentou que são inúmeras as variáveis que influenciam na trajetória escolar, tais como a origem social dos alunos, o nível de escolaridade dos pais e sua profissão, a relação família-instituição, além dos recursos da escola, seu tamanho e localização geográfica, acessibilidade dos alunos ao local, a segurança, as relações construídas e até mesmo as expectativas dos professores. Neste tocante, José narrou: “mesmo com todas essas dificuldades, né, eu não deixei de frequentar a escola, graças à competência dos professores, à educação que a escola ofereceu.”

Para chegar até a universidade, o percurso de José foi atravessado pelo sistema de cotas, implementado pela Lei nº 12.711, que dispõe sobre a reserva de vagas para estudantes oriundos de escolas públicas autodeclarados pretos, pardos ou indígenas e pessoas com deficiências nas instituições

de ensino superior financiadas pelo governo federal (Brasil, 2012). De acordo com Heringer (2018), foi a partir desta lei que políticas afirmativas passaram a ser implementadas, o que possibilitou o ingresso de estudantes oriundos de escolas públicas e aqueles pertencentes a grupos historicamente negligenciados pelas políticas públicas e alvos de violência, preconceito e discriminação, tais como as pessoas negras (pretas e pardas), indígenas, quilombolas e ribeirinhas.

Dentre as formas de ingresso que atendem a UFAM estão: o Processo Seletivo Contínuo (PSC), que compreende seleção feita em avaliação seriada e contínua nas três séries do ensino médio e por onde são preenchidas 50% das vagas dos cursos da instituição; o Sistema de Seleção Unificada (SISU), que é o critério de seleção para o preenchimento dos 50% das vagas remanescentes. José fez tentativas de ingresso à universidade inicialmente pelo PSC, conforme sua narração: “eu prestei o vestibular da UFAM, o PSC, pra Filosofia, mas não foi da vontade de Deus, não foi possível. Em seguida, ele conseguiu entrar na universidade pela segunda forma de ingresso: “fiz a prova do ENEM e pelo programa do SISU, consegui essa vaga e (...) no início de 2018 comecei a fazer o curso de Pedagogia”. Ele nos narrou que entrou pela cota de NDC1, que remete aos estudantes egressos de escolas públicas e que cumulativamente comprovarem receber renda familiar bruta per capita mensal, igual ou inferior a 1,5 (um vírgula cinco) salário mínimo (Ministério da Educação [MEC], 2012). A partir desse momento, José iniciou a sua jornada acadêmica na UFAM, campus Parintins, município vizinho ao de Barreirinha.

Temos algumas considerações a respeito da trajetória escolar de José até o ingresso na universidade. Primeiramente, ele nos relatou que sua escolarização foi, em parte, por classe multisseriada, uma modalidade criticada por alguns autores (Gama et al., 2021; Silva et al., 2020; Souza, 2019). Entretanto, foi esse ensino que lhe possibilitou que tivesse a formação básica de sua trajetória escolar. Por tê-la considerado essencial, ele decidiu se dedicar à luta e melhoria dessa modalidade educativa durante sua formação universitária: “eu sempre digo que as classes multisseriadas é uma bandeira que eu defendo porque eu vim delas, então eu sou a prova de que as classes multisseriadas dão resultado”. Além disso, para defender esse tipo de ensino, declarou que pretende voltar a viver nas comunidades, ao invés de permanecer na cidade: “se hoje eu estou numa universidade, a base foi uma classe multisseriada, então eu pretendo voltar, sim, à comunidade e lecionar na escola em que eu estudei”.

Segundo uma perspectiva psicossocial, o sujeito sócio-histórico é caracterizado por sua condição de produtor e produto da sociedade, possuindo a capacidade de refletir a respeito de suas condições pessoais e contextuais (socioeconômicas, políticas etc.), desenvolver consciência crítica e ser agente transformador da realidade pela sua práxis (Martín-Baró, 1996). Nota-se, dessa feita, que José se coloca como produtor e sujeito ativo de sua própria história, significando a educação recebida, valorizando-a e, inclusive, defendendo-a. Não é um ignorante de cultura atrasada do interior, como preconceituosamente o estereotipariam (Calegare, 2023). Nesse sentido, Pontual (2019) argumentou que é importante à Psicologia, ao se alinhar com a defesa da educação popular rural, considerar uma compreensão dos processos de emancipação social e política que só podem se concretizar quando são construídas subjetividades críticas, isto é, por sujeitos individuais e coletivos que protagonizam seus processos emancipatórios.

Em segundo lugar, José ingressou na universidade pela cota de NDC1, que diz respeito aos estudantes egressos de escolas públicas e que possuem renda familiar bruta per capita mensal de 1,5 salário mínimo (MEC, 2012). Conforme apontaram Lima e Urnau (2023), inúmeros marcadores sociais, tais como raça, classe e territorialidade, revelam as desigualdades educacionais que refletem as condições de vida das populações ribeirinhas amazônicas, especialmente as pretas/pardas/indígenas, pobres e residentes no contexto rural. Entretanto, não há o reconhecimento direto do estudante ribeirinho por meio de alguma cota ou política institucional. Dessa feita, as autoras discutiram que a falta de sistematização de dados a respeito de estudantes ribeirinhos nas universidades torna muito mais dificultoso o processo de articulação de políticas públicas adequadas aos respectivos públicos no ensino superior. Apesar de se ajustarem às políticas afirmativas já existentes, os estudantes ribeirinhos, com suas particularidades, não recebem atenção especializada tal como indígenas e quilombolas, sobretudo considerando a importância social, cultural e histórica dos povos ribeirinhos à Amazônia.

Dificultadores da permanência na universidade

A trajetória de José na universidade foi marcada por alguns empecilhos, dentre os quais destacamos: falta de acesso a políticas de permanência a estudantes; baixa renda familiar; dificuldades com o ensino remoto. No que concerne à falta de políticas de permanência, José destacou especialmente a questão da moradia, quando narrou: “como eu vinha do interior, as dificuldades aqui na cidade eram muitas porque eu não tinha onde morar”. Relatou também a experiência de colegas e amigos que, pela falta de acesso às políticas de permanência fornecidas pela universidade, precisaram desistir do sonho da graduação: “eu conheço muitos colegas que desistiram por não terem um auxílio, onde morar, pessoas pra orientar (...) penso que a universidade deve estar preparada pra dar esse suporte pros alunos” (José).

Em 2008, houve implementação do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), em 2008, que tem como objetivos ampliar as condições de permanência dos discentes na educação superior pública federal, democratizar o ensino, minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior, reduzir as taxas de retenção e evasão e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (BRASIL, 2010). Entretanto, os relatos de José deixam claros que ainda restam inúmeros estudantes que não são, de fato, atendidos em suas necessidades, o que indica a falta de públicas efetivas de assistência estudantil voltadas aos estudantes ribeirinhos, especialmente em universidades da região Norte do país.

A baixa renda familiar é outro fator que influencia negativamente na trajetória de José desde o início de sua jornada escolar: “muitos de nós vêm do interior pra estudar em Parintins e os nossos pais não são assalariados, são pescadores, agricultores que com pouco fazem muito, então foi muito difícil”. Conforme estudo conduzido com estudantes amazônidas, mais especificamente da UFAM, Resende et al. (2022) apresentaram que cerca de 40% dos estudantes vinham de famílias com renda de até dois salários-mínimos, reforçando dados da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) que, em 2019, indicou que cerca de 31,7% dos estudantes da região norte estavam na faixa de renda familiar entre 1 e 2 salários-mínimos. Tais estudantes sofrem impactos pela falta de recursos financeiros para custear moradia, locomoção, alimentação e materiais necessários para a formação acadêmica – especialmente os estudantes ribeirinhos, como é o participante de nossa pesquisa.

Assim como para grande parte dos estudantes, no ano de 2020 a trajetória acadêmica de José foi atravessada pelo ensino remoto em decorrência da pandemia da COVID-19. Deste modo, a implementação da Educação Remota foi a alternativa priorizada pela maioria das universidades públicas do país, que se viram obrigadas a construir respostas emergenciais para a suspensão presencial de diversas atividades. Além da falta de recursos financeiros e equipamentos adequados para o acompanhamento das aulas em modalidade remota, a dificuldade de disponibilidade da contratação do serviço de internet era um fator predominante no Amazonas, especialmente nos municípios do interior. Nesse estado, a internet é fornecida prioritariamente por cabeamento ou fibra ótica à capital, Manaus, e nos interiores só chega via rádio e satélite devido à geografia e distâncias (Fernandes et al., 2022).

Inúmeras variáveis se interpõem nesse contexto, para além da conexão de internet: o tipo de conexão, se há equipamento de uso pessoal para o acesso ao material e às aulas, se o serviço de rede móvel de celular é possível de ser captado para telefonia ou internet dentro do domicílio, especialmente quando se leva em consideração as áreas mais remotas e rurais (Castioni et al., 2021). Para nosso participante, isso foi um fator de grande dificuldade em sua jornada: “foi bem difícil no início porque eu vim preparado pra estudar na universidade de forma presencial” (José). Durante a entrevista conduzida com o participante via plataforma Google Meet, por diversas vezes tanto o áudio quanto o vídeo foram entrecortados ou sofriam de interferência, comprovando a instabilidade do sinal de internet no município de Parintins, local onde José estuda e reside atualmente. Isso ratifica a fala do participante sobre as dificuldades enfrentadas durante o ensino na pandemia: “a internet por aqui não é das melhores, então chegava o momento da aula e ficava que nem agora, o áudio começava a cortar, a gente compreendia muito pouco o que a professora explicava” (José).

Em suma, sabemos que a trajetória acadêmica não é caracterizada única e exclusivamente pela formação profissional, mas também pelos desafios enfrentados e situações incomuns (Oliveira & Dias, 2014), tal como ressaltado nesta seção do artigo. Apesar de todos os fatores que dificultam a permanência do estudante ribeirinho na universidade, existiram alguns fatores facilitadores na jornada acadêmica de jovens como José, os quais destacaremos adiante.

Facilitadores da permanência na universidade

A trajetória de José na universidade também é marcada por facilitadores de sua jornada, os quais salientamos: programas de bolsa/auxílio financeiro; apoio social (amigos e familiares). No que diz respeito aos programas de auxílio financeiro, a UFAM, por meio do DAEST, oferece aos discentes os seguintes programas e auxílios (UFAM, 2023): auxílio acadêmico, auxílio moradia, auxílio inclusão digital, auxílio internet, auxílio creche, auxílio material didático de alto custo, programa de apoio à participação em eventos científicos, tecnológicos, esportivos e culturais, auxílio emergencial, programa bolsa permanência e os auxílios em tempo de pandemia (auxílio alimentação emergencial, auxílio de volta para casa, auxílio de volta pra UFAM e auxílio inclusão digital - modalidade internet). Contudo, José não usufruiu de todos estes programas e auxílios oferecidos pela universidade, apesar de conhecê-los. Ele destacou a importância da Residência Universitária do campus Parintins: “agora o aluno que for ingressar pode estudar na UFAM e já pode vir como hóspede pra morar na residência universitária até que saia um edital pra ele entrar, ficar morando e recebendo bolsa”. A este respeito, podemos conjecturar a falta de vagas suficientes para atender à demanda dos estudantes que necessitam da residência universitária e acabam optando por outras formas de residência, como fez José.

José é beneficiário de bolsas estudantis provenientes do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) e Programa Atividade Curricular de Extensão (PACE):

Logo no primeiro período eu participei do programa de iniciação à docência, né, o PIBID (...) Essas bolsas de iniciação, elas foram muito importantes, elas me ajudaram bastante, eu consegui dividir aluguel com o meu amigo (...) No 4º período eu me inscrevi no programa de PIBIC, né, que eu tô desenvolvendo também, tô na fase final (...) Já realizei 2 PACEs, tô realizando o 3º agora (José).

Estudos como o de Oliveira (2021) mostram que as bolsas de iniciação científica são sempre um incentivo a mais para que os estudantes engajem nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, especialmente para aqueles estudantes que desejam a entrada na pós-graduação. No caso de José, vemos que, para além da vontade de dedicar-se à pós-graduação, as bolsas servem como subsídio para a manutenção dos estudantes na graduação, especialmente para aqueles oriundos de outras cidades e comunidades, tal qual os ribeirinhos.

Outro fator de permanência de nosso participante na universidade é o apoio social, também referenciado como suporte social, rede de apoio, rede de apoio social e afetivo, que é constituído como uma rede de sistemas e de pessoas que formam os laços de convívio e de relações do indivíduo (Lacerda et al., 2022). No caso de José, essa rede é composta por pessoas que exercem o papel de mentores: “meu amigo já tinha entrado, então como ele tava na faculdade há um tempo, ele ia me orientando, me mostrando os caminhos (...) eu fui muito abençoado de (...) conhecer amigos que já foram me dando um norte as coisas”. Assim como composta pelos familiares: “a minha força motriz eu posso dizer que é a minha família, isso só faz sentido porque eles estão por trás disso e são a base que me sustenta”.

Em suma, a rede de apoio pode-se manifestar em diversas esferas e, corroborando estudos conduzidos por Aragão et al. (2009) e Macedo et al. (2018), podemos perceber como as relações cultivadas ao longo da jornada acadêmica, além dos laços familiares, são fatores fundamentais para que os estudantes universitários ribeirinhos enfrentem os desafios impostos durante o curso de graduação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa apresentou e discutiu por meio de leitura psicossocial um estudo de caso a respeito dos significados que um estudante ribeirinho atribuiu à sua trajetória de escolarização até suas

vivências na UFAM, campus Parintins. Oriundo de família de pescadores/agricultores de uma comunidade ribeirinha do município de Barreirinha/AM, ele estudou o ensino fundamental na Escola do Campo, por meio da modalidade de classes multisseriadas. Apesar de haver autores que criticam esse tipo de ensino, nosso depoente defendeu que tal modelo foi adequado a ele e o é às comunidades ribeirinhas. Ao seguir nas séries mais avançadas, ele teve que se deslocar diariamente para outra comunidade. E para cursar a universidade, teve que se mudar de cidade e ficar distante dos familiares. Essa trajetória indica que as políticas educacionais voltadas às populações rurais ainda não foram efetivas o suficiente para manter o entrevistado em sua comunidade.

O participante tem, deliberadamente, escolhido como tema de pesquisa e atuação a melhoria das classes multisseriadas em escolas do campo, além de ter expressado seu desejo de retornar à comunidade onde nasceu e cresceu para lecionar na escola local. Consideramos que isto esteja relacionado à rede de apoio obtida por José ao longo de sua jornada acadêmica, tanto pela mentoria de amigos e veteranos de curso quanto pela ligação que o participante tem com a família. Graças ao seu projeto de vida pessoal, ele demonstra intenção de voltar à comunidade ribeirinha de origem, indo na contramão da tendência ao êxodo rural que incide à maioria dos jovens rurais.

Quanto às vivências na universidade que promovem e/ou impedem a sua permanência na universidade, pudemos observar dificuldades relacionadas à falta de acesso às políticas de permanência a estudantes da UFAM, não obstante existam uma série de programas da universidade. Por outro lado, algumas dessas políticas que ele teve acesso, especialmente o programa de residência estudantil e bolsas de iniciação científica e à docência, funcionaram como incentivos financeiros que o ajudam a se manter e permanecer no seu curso de graduação. Portanto, podemos considerar que é preciso ampliar tanto a divulgação dos distintos programas quanto o número de atendidos por tais incentivos universitários. O auxílio financeiro ajuda a contornar as condições socioeconômicas de baixa renda das quais muitos estudantes, incluindo aquele de nosso estudo, são oriundos.

Referente ao período da pandemia da COVID-19, que foi dificultoso em nível global e obrigou a todos os estudantes da UFAM ao ensino remoto, tal situação evidenciou ainda mais a falta de condições de acesso às tecnologias que os estudantes enfrentam no interior do Amazonas, desde a falta de equipamentos adequados até a oferta de internet de qualidade nessas cidades. Dessa feita, observa-se que qualquer modalidade de ensino remoto ou à distância traz inúmeras dificuldades ao processo educativo dos estudantes amazônidas.

Por fim, consideramos importante que seja discutida de forma contundente a questão das políticas públicas de acesso e permanência na universidade voltadas aos estudantes ribeirinhos, pois estes são invisibilizados sob a classificação “baixa renda” ou “oriundos de escolas públicas”, o que não faz jus às suas trajetórias e vivências distintivas. Nossa leitura psicossocial da trajetória do estudante ribeirinho indicou que as políticas educacionais não se dão em espaços vazios de sentido ou em sujeitos sem história: elas se processam em um determinado contexto socioeconômico e político, por meio de pessoas que têm suas aspirações, conflitos, dores, necessidades, recursos e satisfações. Reconhecer as particularidades desses sujeitos ribeirinhos é uma maneira de valorizar a ruralidade amazônica e, ao mesmo tempo, fortalecer o modo de vida regional.

REFERÊNCIAS

- Angnes, J., Freitas, M. F. Q., Klozovski, M. L., Mattos, S. M. M., & Costa, Z. F. (2014). Permanência na universidade: o que dizem os estudantes indígenas da universidade estadual do Centro-Oeste do Paraná. *Holos*, 30(6), 190-205. <https://doi.org/10.15628/holos.2014.1658>
- Aragão, E. I. S., Vieira, S. S., Alves, M. G. G., & Santos, A. F. (2009). Suporte social e estresse: uma revisão da literatura. *Psicologia em foco*, 2(1), 79-90. <https://periodicos.piodecimo.edu.br/online/index.php/psicologioemfoco/article/view/32>
- Bardin, L. (2016). *Análise de Conteúdo*. Edições 70.
- Bezzera, J. A., & Silva, C. N. M. (2018). Entre o rural e o urbano interiorizado. *Mercator*, 17, e17019. <https://doi.org/10.4215/rm2018.e17019>

- Borges, H. S. (2012). Educação do Campo como processo de luta por uma sociedade justa. In E. Ghedin (Ed.), *Educação do campo: epistemologia e práticas* (pp. 77-115). Cortez.
- Brasil (2010). Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010 (2010, 19 de julho). *Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES*. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm
- Brasil. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. (2012, 29 de agosto). *Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências*. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm
- Breitenbach, R., & Corazza, G. (2019). Formação profissional e a relação com a sucessão geracional entre jovens rurais, Brasil. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales*, 17(2), 1-34. <http://dx.doi.org/10.11600/1692715x.17212>
- Calegare, M. G. A. (2017). Rumo a uma abordagem psicossocial da florestalidades (ruralidade) amazônica. In E. F. Raser, M. S. Pereira, D. Galindo (Eds.), *Democracia participativa, estado e laicidade. Psicologia social e enfrentamentos em tempos de exceção* (pp. 285-300). Abrapso Editora.
- Calegare (2023). Psicologia Florestal Amazônica e os processos psicoflorestais. In M. Calegare, L. P. Ribeiro, A. Olivera-Méndez (Eds.), *Psicologia Rural: percursos, práticas e reflexões latino-americanas* (pp. 35-52). Alexa Cultural, EDUA.
- Calegare, M. G. A., Higuchi, M. I. G., Freitas, C. C., & Siqueira, M. S. (2013). Acesso a bens e serviços sociais como inclusão/exclusão social em UC no Amazonas. *Novos Cadernos NAEA*, 16(1), 249-282. <http://dx.doi.org/10.5801/ncn.v16i1.899>
- Calegare, M., Sales, T. N. (no prelo). Relatos da permanência de estudantes indígenas nos programas de pós-graduação da universidade federal do Amazonas. *Revista Psicologia Escolar e Educacional*.
- Campos, L. A., & Feres Jr., J. (2014). Ação afirmativa, comunitarismo e multiculturalismo: relações necessárias ou contingentes? *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 29(84), 103-118. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092014000100007>
- Castioni, R., Melo, A. A. S., Nascimento, P. A. M. M., & Ramos, D. L. (2021). Universidades Federais na pandemia da Covid-19: acesso discente à internet e ensino remoto emergencial. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, 29(211), 399-419. <https://doi.org/10.1590/s0104-40362021002903108>
- Castro, V. G. (2018). *Trajetórias escolares em contexto social desfavorável* [Tese de Doutorado em Ciências Sociais, Universidade Federal de Juiz de Fora]. Repositório Institucional UFJF. <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/6898>
- Fernandes, W. R., Oliveira, M., Melo, F. M., Baptista, J. F., & Mendonça, A. V. M. (2022). A inclusão digital no Amazonas e o acesso de jovens às mídias sociais. *Interfaces Científicas*, 11(2), 235-249. <https://doi.org/10.17564/2316-3828.2022v11n3p235-249>
- Gama, S., Pacheco, I., & Jesus, K. (2021). Embates e Desafios das Classes Multisseriadas em Duas Escolas de Mato Grosso do Sul. In *Anais do XXIX Seminário de Educação* (pp. 2265-2278). Porto Alegre: SBC. <https://sol.sbc.org.br/index.php/semiedu/article/view/20329/20157>
- Gil, A. C. (2022). *Como elaborar projetos de pesquisa*. Atlas.
- Gonçalves, E. P. (2023). *A trajetória de formação de um educador: reflexões da infância ao ensino superior* [Trabalho de Conclusão de Curso em Pedagogia, Universidade Federal do Pará]. Biblioteca digital de monografias. <https://bdm.ufpa.br:8443/jspui/handle/prefix/5426>
- Gruda, M. P. P. (2016). Breves considerações, comentários e ideias acerca de uma Psicologia Social Crítica. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 11(2), 514-526. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082016000200019&lng=pt&nrm=iso
- Hage, S. A. M., Silva, H. S. A., & Brito, M. M. B. (2016). Educação Superior do Campo: desafios para a consolidação da licenciatura em educação do campo. *Educação Em Revista*, 32(4), 147-174. <https://doi.org/10.1590/0102-4698162036>
- Heringer, R. (2018). Democratização da educação superior no Brasil: das metas de inclusão ao sucesso acadêmico. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 19(1), 7-17. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=203058814003>

- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. (2007). *Panorama da educação no campo*. INEP. <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaodocampo/panorama.pdf>
- Koslinski, M. C., & Bartholo, T. L. (2020). Desigualdades de oportunidades educacionais no início da trajetória escolar no contexto brasileiro. *Revista Lua Nova*, 110(1) 215-245. <https://www.scielo.br/ljn/a/kCGVCBfRzvz5wjKvWcxsnv/?format=pdf&lang=pt>
- Lacerda, I. P., Yunes, M. A. M., & Valentini, F. (2022). Permanência no ensino superior e a rede de apoio de estudantes residentes em moradia estudantil. *Revista Internacional de Educação Superior*, 8, e022004. <https://doi.org/10.20396/riesup.v8i00.8663399>
- Lima, J. F. S. (2021). *Rios, margens e trajetórias: estudantes ribeirinhas na universidade* [Dissertação de Mestrado em Psicologia, Universidade Federal de Rondônia]. MAPSI. <https://mapsi.unir.br/uploads/25252525/disserta%C3%A7%C3%B5es/Defendidas%20em%202021/Rios,%20Margens%20e%20Trajet%C3%B3rias%20Estudantes%20Ribeirinhas%20na%20Universidade.pdf>
- Lima, J. S., & Urnau, L. C. (2023). Acesso e permanência de estudantes ribeirinhos/as: o que a universidade pode aprender com essas histórias? In L. C. Urnau, & M. L. T. Zibetti (Eds), *Percursos de jovens no ensino superior: análises à luz da Psicologia* (pp. 59-86). Edua.
- Lira, T. M., & Chaves, M. P. S. R. (2016). Comunidades ribeirinhas na Amazônia: organização sociocultural e política. *Interações (Campo Grande)*, 17(1), 66-76. <https://doi.org/10.20435/1518-70122016107>
- Lopes, E. M., Ferreira, C. R. C., & Friedrich, D. R. (2018). Psicologia e ruralidades: caminhos para um fazer psicológico transformador. *Psicología, conocimiento y sociedad*, 8(1), 225-245. http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1688-70262018000100225
- Macedo, J. P., Dimenstein, M., Sousa, H. R., Costa, A. P. A., & Silva, B. I. B. M. (2018). A produção científica brasileira sobre apoio social: tendências e invisibilidades. *Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia*, 11(2), 258-278. <http://dx.doi.org/10.36298/gerais2019110206>
- Maciel, C., Lima, E., & Gimenez, F. (2016). Políticas e permanência para estudantes na educação superior. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, 32(3), 759-781. <https://doi.org/10.21573/vol32n32016.68574>
- Martín-Baró, I. (1996). O papel do psicólogo. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 2(1) 7-27. <https://doi.org/10.1590/S1413-294X1997000100002>
- Ministério da Educação. (2012). *Portaria Normativa Nº 18*, de 11 de outubro de 2012. https://antigoproeg.ufam.edu.br/attachments/579_Portaria%20MEC-%20N%C2%BA%2018,%20de%2011-10-2012.pdf
- Melo, S. P., Braga, O. R., & Santana, J. F. (2019). Juventude rural e ensino superior público: trajetórias de estudantes de um campus universitário público do Nordeste do Brasil. *Revista Internacional de Educação Superior*, 6(1) 1-21. <https://doi.org/10.20396/riesup.v6i0.8654480>
- Nunes, A. V. (2022). *Dos rios à universidade: trajetórias de estudantes ribeirinhos nos cursos de Ciências Agrárias* [Dissertação de Mestrado em Psicologia, Universidade Federal do Amazonas]. Tede UFAM. <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/9124>
- Oliveira, V. H. N. (2021). Desafios para a pesquisa no campo das ciências humanas em tempos de pandemia da Covid-19. *Boletim de Conjuntura (BOCA)*, 5(14), 93-101. <https://doi.org/10.5281/zenodo.4513773%20>
- Oliveira, C. T., & Dias, A. C. G. (2014). Dificuldades na trajetória universitária e rede de apoio de calouros e formandos. *Psico*, 45(2), 187-197. <https://doi.org/10.15448/1980-8623.2014.2.13347>
- Paulo, M. A. L. (2018). A interiorização das Universidades Federais e o acesso de jovens rurais ao ensino superior: o caso da UAST/UFRPE. *Raízes*, 38(1) 162-177. <https://doi.org/10.37370/raizes.2018.v38.45>
- Pontual, P. (2019). Psicologia e a Educação Popular em busca de um outro projeto de país. *Revista Diálogos Psicologia e Educação*, 15(11), 141-146. https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/09/BR84_CFP-Dialogos-Ed11_WEB.pdf

- Resende, G. C., Ferreira, I. C. F., Silva, I. R., & Barbato, S. Desafios para a permanência no ensino superior na Amazônia e os significados das trajetórias estudantis. *Revista Psicologia, Educação e Cultura*, 26(3), 139-161. <http://hdl.handle.net/10400.26/43538>
- Santos, D. K. O., & Calegare, M. (2022). Psicologias e temáticas rurais: uma revisão integrativa. *Revista AMAzônica*, 14(1), 143-167. <https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/amazonica/article/view/10238>
- Silva, K. B., & Macedo, J. P. (2019). Psicologia e ruralidades: reflexões para formação em psicologia. *Estudos Interdisciplinares em Psicologia*, 10(3), 97-120. <http://dx.doi.org/10.5433/2236-6407.2019v10n3p97>
- Silva, E. F., Silva, K. G., Brito, M. R., & Silva, G. C. B. (2020). Os desafios e possibilidades nas escolas multisseriadas. *Brazilian Journal of Development*, 6(6), 40177–40194. <https://doi.org/10.34117/bjdv6n6-525>
- Souza, E. M. (2019). *Educação do campo e seus desafios em classes multisseriadas: um estudo no contexto da escola São Sebastião em Barcarena/PA* [Trabalho de Conclusão de Curso, Licenciatura em Educação do Campo, Universidade Federal do Pará]. BDM. <https://bdm.ufpa.br:8443/jspui/handle/prefix/3332>.
- Souza, V. K. R. (2022). *A trajetória escolar de estudante ribeirinho da UFAM e a construção da identidade* [Dissertação de Mestrado em Psicologia, Universidade Federal do Amazonas]. Tede UFAM. <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/9091>
- Souza, B. S. (2023). *A alfabetização e trajetória de uma ribeirinha: da educação básica ao ensino superior* [Trabalho de Conclusão de Curso em Pedagogia, Universidade Federal do Pará]. Biblioteca digital de monografias. <https://bdm.ufpa.br:8443/jspui/handle/prefix/5400>
- Tavares, M. T. S. (2018). *Da Educação Rural à Educação do Campo no Amazonas: rupturas e permanências* [Tese de Doutorado em Educação, Universidade Federal do Amazonas]. Tede Ufam. <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/6920>
- Universidade Federal do Amazonas. (2022, 29 de Agosto). Ufam celebra a diversidade: São mais de 16 mil universitários ingressantes pelo sistema de reserva de vagas. *Portal UFAM*. <https://ufam.edu.br/noticias-destaque/4046-ufam-celebra-a-diversidade-sao-mais-de-16-mil-universitarios-ingressantes-pelo-sistema-de-reserva-de-vagas.html>
- Universidade Federal do Amazonas. (2023). *Progesp: Principais Programas*. <https://progesp.ufam.edu.br/programas-e-auxilios/2-uncategorised/1490-principais-programas.html>
- Zancanella, Y. (2017). Formação superior dos jovens oriundos do campo: uma trajetória em construção. *Educación y Humanismo*, 19(32), 111-126. <https://doi.org/10.17081/eduhum.19.32.2536>

CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES

Autora 1 – Delineamento do estudo, Coleta de dados, análise dos dados e escrita do texto.

Autor 2 – Delineamento do estudo, Participação ativa na análise dos dados e revisão da escrita final.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE

Os autores declaram que não há conflito de interesse com o presente artigo.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.